

Contas sob controle

Com a autonomia financeira das escolas públicas, os diretores poderão fazer gastos com valores 10 vezes maior do que o limite atual. Hoje, o valor máximo para contratar serviços sem licitação é de R\$ 8 mil. A partir da assinatura do decreto que dará liberdade financeira aos gestores, contratos de até R\$ 80 mil poderão ser firmados. O aumento dos recursos, no entanto, é relativo. Ficará a cargo das escolas a compra de material didático, realização de pequenas reformas e até mesmo o pagamento de água, luz e telefone.

A maioria dos gastos, hoje, é feita pela Secretaria de Educação. Com a mudança, apenas a merenda e o transporte escolar ficarão a cargo do GDE. As demais despesas serão administradas pelas escolas. O secretário de Educação, José Valente, acredita que gerir os próprios recursos será um estímulo para que se economize. "Um diretor não sabe quanto sua escola gasta com luz, ou água", diz.

Só poderão receber dinheiro instituições que possuem conselhos escolares — formados por pais de alunos, professores e funcionários — ou Associação de Pais e Mestres. Eles fiscalizarão os gastos e ajudarão os gestores a definir as prioridades. Pelo decreto, os gastos inferiores a R\$ 8 mil só serão autorizados com a apresentação de pelo menos três orçamentos, para que a comissão escolha o melhor. Gastos entre R\$ 8 mil e R\$ 80 mil dependerão de licitação acompanhada pelos pais e funcionários. Acima desse valor, apenas a Secretaria de Educação está autorizada a fechar negócio.

Apesar de aplaudir a iniciativa, a promotora Márcia Perei-

ra Rocha, da Promotoria da Educação do Ministério Público do DF, ressalta que a transparência na prestação de contas é fundamental. "Informar quanto e como o dinheiro foi gasto não pode ser apenas uma formalidade. Só assim, haverá controle verdadeiro dos recursos", explica. "O ideal seria capacitar os gestores a prestar contas de forma didática e transparente." De acordo com ela, a melhoria do ensino passa pela participação da comunidade. "As mudanças deixam claro que as portas para a participação dos pais estão abertas."

Temporários

Já a principal preocupação do Sindicato dos Professores (Sinpro-DF) está relacionada à mudança de regime dos profes-

res temporários, devido à criação de um banco de docentes para substituir os faltosos. Para os alunos, a vantagem será não ter que passar dias sem professor enquanto são resolvidas burocracias de contrato. A polêmica está no fato de os docentes deixarem de ter vínculo empregatício com a se-

cretaria e receberem apenas por aula dada. Até então, o professor, quando convocado, assinava contrato de um ano e recebia salário integral de um docente da rede pública, incluindo as gratificações.

"Houve uma tentativa de acordo entre sindicato e governo porque todo mundo concorda que os estudantes não podem passar dias sem aula. Mas queremos a garantia de um contrato que dê segurança jurídica aos professores, que tenha transparência na convocação e, por fim, que garanta a mesma remuneração do efetivo", explica Washington Dourado, diretor do Sinpro. (EK)

66
**O IDEAL SERIA
CAPACITAR OS
GESTORES A PRESTAR
CONTAS DE FORMA
DIDÁTICA E
TRANSPARENTE**

99
*Márcia Pereira Rocha,
promotora da Promotoria da
Educação do MPDFT*